

4 Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivos (i) perceber quais vocábulos de parentesco são utilizados como formas de tratamento no Brasil e no Japão e (ii) determinar de que maneira esse uso ocorre. Sabia-se a priori que, embora vocábulos de parentesco sejam utilizados em ambos os países, não há uma relação biunívoca entre o uso de um tratamento em português e o uso da forma japonesa equivalente, de modo que as ocasiões em que se chama alguém de *tia*, por exemplo, em português não são necessariamente as mesmas em que esse vocábulo é empregado no Japão.

Da análise dos corpora, pôde-se perceber que a descrição gramatical tradicional não era suficiente para compreender como, quando e por que tais formas são usadas, de maneira que foi necessário ir além da tradição e buscar o apoio da Antropologia, da Linguística Aplicada, da Pragmática e do Interculturalismo para que se pudessem atingir os objetivos traçados inicialmente. Isto é, ficou claro que a ligação entre língua e cultura, sendo profunda e imbricada, não permite que se compreenda a realização da língua sem a compreensão do modo de pensar de seus falantes.

Assim, percebe-se o porquê, por exemplo, de hoje boa parte dos interculturalistas se voltarem para os estudos de *cultura subjetiva*: esta é a parte da cultura que abriga os valores, as crenças, as percepções etc. muitas vezes invisíveis até mesmo para os próprios nativos, mas que, ainda assim, guia as decisões deles e seu modo ver o mundo.

O vigor da ligação cultura-língua também explica porque aprendizes de uma língua que se focam apenas em sua norma gramatical não conseguem muitas vezes funcionar dentro da cultura daquela língua, i.e. sem compreender a cultura que subjaz a ela, de pouco vale saber estruturas linguísticas.

Compreendendo, então, o que as culturas japonesa e brasileira chamam de *família* e conceitos-chave para ambas – como os de *casa* e *rua* de Roberto

DaMatta, *proximidade* e *intimidade* de Anna Wierzbicka, para a análise da sociedade brasileira, e, no caso da sociedade japonesa, os conceitos de *distanciamento*, *formalidade*, *giri*, *on*, *respeito* e a ainda a compreensão da *hierarquia* em que se estrutura tal sociedade – pôde-se observar que os valores predominantes nessas sociedades diferem bastante. Por isso, mesmo que a maioria desses conceitos pudesse ser aplicada em uma ou outra sociedade, sua relevância dentro de cada uma não seria idêntica. Por exemplo, é possível se usar de *formalidade* no Brasil, entretanto isso é mais incomum aqui, segundo diversos autores, e, aparentemente, em tais situações, não cabe o uso de formas de tratamento de parentesco. Dessa forma, o conceito de *formalidade* e também o seu oposto, a *informalidade*, não foram relevantes na análise dos dados nacionais.

Note-se também que, embora esta pesquisa não se propusesse a ser quantitativa, apresentaram-se no capítulo 3 dados com relação à frequência de cada vocábulo nos corpora. Sabe-se que a brevidade dos corpora não permite fazer conclusões sobre a frequência de uso. Ainda assim, dada a frequência de certos vocábulos no corpus brasileiro, é provável que as formas de tratamento de parentesco mais empregadas no país sejam, em ordem decrescente: *tio(a)*, *filho(a)* e *irmã(o)* e suas variantes.

Com relação a esses três vocábulos, pode-se dizer – muito resumidamente – terem em comum uso ligado aos conceitos de *proximidade* e de *casa*, pois são empregados com a intenção de demonstrar ou reforçar um sentimento de afeto entre o falante e o referido, que geralmente já é pessoa próxima ao falante ou a familiares dele.

Existem, contudo, usos paralelos. *Tio(a)*, por exemplo, pode ser usado de forma genérica para se referir a desconhecidos na rua, sem que haja aparentemente intenção de gerar *proximidade*. A forma (*meu/minha*) *filho(a)* foi muito utilizada para repreender alguém, seja essa pessoa conhecida ou não. *Irmão* também parece poder ser utilizado com relação a desconhecidos, ainda que tal uso não tenha surgido no corpus – mas sendo atestado, todavia, em dicionário.

Além disso, a forma (*meu*) *irmão* e suas diversas variantes – das quais *ermão*, *brô* e *mano* surgiram no corpus – se mostrou uma forma majoritariamente empregada por homens, jovens, pertencentes a certos grupos sociais. Por conta disso, inclusive, as formas femininas equivalentes (e.g. *mana*) parecem ser menos comuns.

Outras formas que não surgiram no corpus em português, mas que se acredita serem utilizadas na sociedade brasileira são *avô(ó)* e *pai/mãe*, e respectivas variantes. No caso da primeira, é provável que seja uma forma de tratamento pouco usada porque existe certa resistência a se atribuir a outrem um chamamento que indique ser o referido uma pessoa idosa, uma vez que na sociedade brasileira isso não é algo necessariamente bom. Ainda que, eventualmente, *avô(ó)* seja utilizado, esse uso pode ser mal interpretado como ofensivo e, portanto, é preterido a formas como *senhor(a)* ou, até mesmo, *tio(a)*.

As formas *pai*, *mãe* e variantes também são sabidamente utilizadas no Brasil, sendo comum entre casais com filhos – uso este que parece indicar *intimidade* – e também pelos próprios pais, em autorreferência, quando falando com seus filhos. Há ainda o uso de *papai* feito por homens ao se vangloriarem – o qual é atestado em dicionário e comum também na língua inglesa.

Quanto ao corpus em japonês, as formas de tratamento de parentesco mais encontradas foram, em ordem decrescente: *irmã(o)*, *avô(ó)*, *filho(a)*, *tio(a)* e *pai/mãe* e suas respectivas formas variantes, embora, novamente, não se possa atestar ser esse o uso realmente mais frequente nessa sociedade em geral.

É interessante notar que, em grande parte, o uso de *pai/mãe* em japonês foi exatamente como o que se esperava ver em português, exceto pela inexistência de *papai*. Além daqueles dois usos, contudo, viu-se também a utilização dessas formas de tratamento para os sogros. Neste caso, assim como no de todas as demais formas de tratamento, acredita-se que o principal conceito envolvido tenha sido o do *distanciamento*, o qual, em japonês, simultaneamente, agrega *respeito* (e, por vezes *formalidade*) à fala e, ainda, contribui para a manutenção da *hierarquia*, pois todos esses casos estão de alguma forma ligados à idade dos interagentes. Como na cultura japonesa a idade é um fator que garante maior status social a uma pessoa, reconhecer a idade dela (quando superior à do falante) é algo bom – ao contrário do que ocorre no Brasil.

Exceções foram os casos de formas de tratamento de tom ofensivo no japonês – *velhote(a)*, *filhinha* e *titio* –, em que não há *respeito*, e também a utilização de *pai/mãe* por noras e genros, nos quais se acredita haver afirmação de *proximidade* (mas com *respeito*) entre os interagentes.

Também é digno de nota o uso de *avô(ó)* por casais idosos em relação a si mesmos ou em relação um ao outro. Sendo similar ao uso de *pai/mãe*, acredita-se que haja indicação de *intimidade* entre os interagentes na segunda situação.

Durante a pesquisa, descobriu-se também que as formas de tratamento *esposo(a)/marido* são comumente utilizadas no japonês e garantem muita *formalidade e respeito*.

Ademais, registrou-se ainda um exemplo de uso de *neto*, o qual se supôs ter sido um caso excepcional, ocorrido para demonstrar *respeito* e os sentimentos de *giri* e *on* do falante em relação ao avô do referido.

Ao comparar todos esses usos, então, foi possível se reafirmar a impressão inicial motivadora deste trabalho, isto é, a de que o uso dos vocábulos de parentesco como formas de tratamento não ocorre nas mesmas situações e da mesma maneira em português e japonês. No entanto, através da análise aqui desenvolvida, acredita-se que foi possível delimitar em boa medida quando, como e por que cada um deles é empregado em uma e outra língua.

Considera-se, mesmo assim, que seriam muito bem-vindos trabalhos que aprofundassem esta pesquisa e ampliassem seus corpora para tentar encontrar exemplos a mais – em especial dos casos omissos, mas que se acredita serem existentes –, estabelecendo frequências de uso e reanalisando os casos para os quais não se puderam estabelecer análises definitivas.

Como a utilização dessas formas de tratamento é, muitas vezes, confusa para falantes nativos de português e japonês desejosos de aprender a língua uns dos outros, espera-se assim poder trazer contribuições para as áreas de ensino de língua japonesa e portuguesa. Em especial, acredita-se que, para professores lecionando português para estrangeiros de qualquer nacionalidade, esta pesquisa pode esclarecer bastante o uso das formas de tratamento de parentesco no português do Brasil e se tornar uma fonte útil para a elaboração de aulas e de material didático, os quais são sabidamente ainda escassos. Assim, pretendeu-se com este trabalho contribuir não só para a descrição das línguas portuguesa e japonesa, como também da cultura subjetiva dessas sociedades, esperando, enfim, colaborar para a melhoria da comunicação intercultural entre esses dois povos, em particular, mas também entre esses e pessoas de outras culturas em geral.